



Wellington Alves Valente
Procurador Geral



LEI Nº 4.268/2003, DE 31 DEZEMBRO DE 2.003.

Dispõe sobre a função pública de
Conselheiro tutelar do Município de
Parauapebas e expede outras providências.

O Povo do Município de Parauapebas – Estado do Pará, por seus representantes
na Câmara de Vereadores, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar do Município de Parauapebas – Pará, sendo seus ocupantes encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - O Conselho Tutelar do Município de Parauapebas é composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

§ 2º - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, nos termos do art. 135 da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1.990.

§ 3º - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 4º - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma do parágrafo anterior, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

Art. 2º - São atribuições da função pública de conselheiro tutelar as definidas no art. 95 e 136 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º - A escolha dos conselheiros tutelares e de seus suplentes será feita mediante procedimento estabelecido em resolução expedida pelo Conselho Municipal dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público, nos termos do art. 139 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo Único - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros que possam vir a ser definidos na resolução prevista no artigo 3º desta lei:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a vinte e um anos;
- III - residir no município a no mínimo 03 (três) anos;
- IV - Escolaridade mínima: Ensino médio.

CAPÍTULO II **DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO**

Art. 4º - O início do exercício da função far-se-á mediante ato e nomeação do Prefeito.

§ 1º - Ao iniciar o exercício da função, o conselheiro tutelar deverá assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades, direitos e deveres.

§ 2º - O início do exercício da função dependerá de prévia inspeção médica oficial, que julgará apto ou não o eleito, mediante laudo circunstanciado em que se especifique a inaptidão eventualmente constatada, garantido o direito de recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, impetrado nos 10 (dez) dias seguintes ao seu conhecimento pelo interessado.

§ 3º - Antes do ato de nomeação e ao se desligar do Conselho Tutelar, a qualquer título, o conselheiro deverá declarar seus bens.

Art. 5º - O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de quarenta horas semanais de trabalho.

§ 1º - O regulamento definirá os critérios para o regime de plantão e a jornada diária a que estão sujeitos os conselheiros, limitada a, no máximo, 8 (oito) horas.

§ 2º - Além do cumprimento do estabelecido no caput, o exercício da função exigirá que o conselheiro tutelar se faça presente sempre que solicitado, ainda que fora da jornada normal a que está sujeito.

CAPÍTULO III **DA VACÂNCIA**

Art. 6º - A vacância da função decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em cargo, emprego ou função pública remunerados;
- III - falecimento;
- IV - destituição.

Art. 7º - Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 20 (vinte) dias.

Parágrafo único - O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, perceberá remuneração proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

CAPÍTULO IV **DOS DIREITOS**

Art. 8º - O conselheiro tutelar no efetivo exercício da sua função perceberá como remuneração o valor correspondente do cargo de Assessor Especial VII.

§ 1º - O conselheiro tutelar perderá:

- I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço;
- II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos.

Art. 9º - Poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, mediante autorização do conselheiro tutelar ou decisão judicial.

Art. 10 - As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não-excedentes à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Parágrafo único - O conselheiro em débito com o erário e que de qualquer modo se desvincular do Conselho Tutelar tem trinta dias para quitar o débito, sob pena de sua inscrição na dívida ativa.

CAPÍTULO V **DAS VANTAGENS**

Art. 11 - Aos conselheiros tutelares serão pagas, no efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

- I - vale-transporte;
- II - gratificação natalina;
- III - adicional de férias.

Art. 12 - O vale-transporte será devido ao conselheiro em atividade que optar pelo seu recebimento e destinar-se-á a custear os deslocamentos da residência para o trabalho e vice-versa, na forma estabelecida no regulamento.

§ 1º - O vale-transporte será concedido mensalmente por antecipação para a utilização do sistema de transporte coletivo urbano.

§ 2º - O vale-transporte será custeado pelo conselheiro até o equivalente a seis por cento de sua remuneração, e o restante pela Administração.

Art. 13 - A gratificação natalina corresponde a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês de exercício da função no respectivo ano.

§ 1º - A gratificação será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

§ 2º - A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral.

§ 3º - O conselheiro que se desvincular do Conselho Tutelar perceberá sua gratificação natalina proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês do afastamento.

§ 4º - A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 14 - Será pago ao conselheiro, por ocasião das férias, adicional correspondente a um terço da remuneração do mês de gozo das férias.

CAPÍTULO VI **DAS FÉRIAS**

Art. 15 - O conselheiro fará jus a 30 (trinta) dias de férias a cada período de doze meses de efetivo exercício da função.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Parágrafo único - É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

CAPÍTULO VII DAS LICENÇAS

Art. 16 - Conceder-se-á ao conselheiro licença:

- I - por motivo de doença em pessoa da família;
- II - para o serviço militar;
- III - para concorrer a cargo eletivo;
- IV - para gestação;
- V - em razão de paternidade;
- VI - para tratamento de saúde;
- VII - por acidente em serviço.

Parágrafo único - É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença prevista nos incisos I, IV, V, VI e VII do artigo, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 17 - Poderá ser concedida licença ao conselheiro por motivo de doença de filho, cônjuge ou companheiro, mediante comprovação da sua necessidade por junta médica e pelo serviço social do Município.

Parágrafo Único - A licença prevista no caput deste artigo será concedida sem o pagamento da remuneração.

Art. 18 - Ao conselheiro convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica aplicável ao servidor público municipal.

Art. 19 - O conselheiro terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito.

Art. 20 - A conselheira tutelar gestante terá direito a 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença, a partir do oitavo mês de gestação.

§ 1º - Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

§ 2º - No caso de natimorto, a conselheira será submetida a exame médico quando completados trinta dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

Art. 21 - A licença paternidade será concedida ao conselheiro pelo nascimento de filho, pelo prazo de cinco dias, contados do nascimento.

Art. 22 - Ao Conselheiro será concedida licença para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.

§ 1º - Para a concessão de licença, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo conselheiro e que se relacione com o exercício das suas atribuições.

§ 2º - Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida, e não provocada, pelo conselheiro no exercício das suas atribuições;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;

III - sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo do trabalho.

CAPÍTULO VIII DAS CONCESSÕES

Art. 23 - O conselheiro poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por sete dias consecutivos, em razão de:

I - casamento;

II - falecimento do cônjuge, companheiro, pais ou filhos.

CAPÍTULO IX DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 24 - O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º - Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para efeito de avaliação funcional para mudança de nível.

§ 2º - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 dias.

Art. 25 - Além das ausências previstas no art. 23 serão considerados de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

- I - férias;
- II - licença:
 - a) gestação e em razão de paternidade;
 - b) para tratamento da própria saúde até seis meses;
 - c) por motivo de acidente em serviço.

CAPÍTULO X **DOS DEVERES**

Art. 26 - São deveres do conselheiro tutelar:

- I - exercer com zelo e dedicação as suas atribuições;
- II - ser leal às instituições;
- III - observar as normas legais e regulamentares;
- IV - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- V - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- VI - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;
- VII - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;
- VIII - ser assíduo e pontual;
- IX - tratar com urbanidade as pessoas.

CAPÍTULO XI **DAS PROIBIÇÕES**

Art. 27 - Ao conselheiro tutelar é proibido:

- I - ausentar-se da sede do conselho tutelar, durante expediente, salvo por necessidade do serviço;
- II - recusar fé a documento público;
- III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV - acometer a pessoa que não seja membro de conselho tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
- V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- VII - proceder de forma desidiosa;
- VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
- IX - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

XI - aplicar medida de proteção sem a prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte.

CAPÍTULO XII

DA ACUMULAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE

Art. 28 - é vedada a acumulação da função de conselheiro tutelar com cargo, emprego ou outra função pública remunerados.

Art. 29 - O Conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da sua função.

CAPÍTULO XIII

DAS PENALIDADES

Art. 30 - São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros dos conselhos tutelares:

- I** - advertência;
- II** - suspensão;
- III** - destituição da função.

Art. 31 - Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 32 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante dos incisos I, II e XI do art. 27 e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna do Conselho que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 33 - A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder trinta dias, implicando o não-pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 34 - O conselheiro será destituído da função nos seguintes casos:

- I** - prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;
- II** - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, dentro de 1 (um) ano,

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - não comparecer, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas no mesmo ano, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, desde que devidamente convocado;

IV - incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;

V - ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VI - posse em cargo, emprego ou outra função pública remunerados;

VII - transgressão dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 27.

Art. 35 - A destituição do conselheiro o incompatibilizará para o exercício de qualquer cargo, emprego ou função pública no Município de Parauapebas pelo prazo de cinco anos.

Art. 36 - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

CAPÍTULO XIV **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Art. 37 - O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade nos conselhos tutelares é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 38 - Da sindicância, que não excederá o prazo de trinta dias, poderá resultar:

I - o arquivamento;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - a instauração de processo disciplinar.

Art. 39 - Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até trinta dias, sem prejuízo da remuneração.

CAPÍTULO XV **DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 40 - Aplica-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

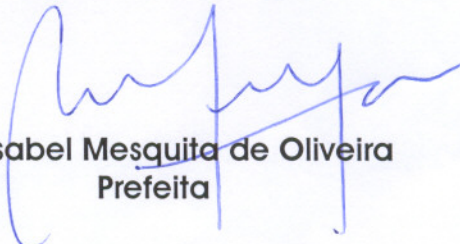
Parágrafo Único - Caberá à Secretaria Municipal de Ação Social coordenar e executar todas as atividades relativas à disciplina dos conselheiros tutelares.

Art. 41 – Esta lei será regulamentada, naquilo que couber, por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 – Revogadas as disposições em contrário.

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas, 31 de dezembro de 2003.



Ana Isabel Mesquita de Oliveira
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Rua D. Quadra 37. Lote Especial. Parauapebas – PA. CEP 68.515-000
Tel. (094) 346-1005. Fax. 346-1037. E – mail: pmp@parauapebas.pa.gov.br